Enunciados Angra

Enunciados				
Processo	Matéria	Enunciados	Relator	Súmulas TJ
2001.146.00006	Gratuidade de Justiça	1, 2, 3, 4, 5	Miguel Pachá	39 a 43
2001.146.00007	Antecipação de Tutela/Liminar	7, 8, 11	Amaury Arruda	58 a 60
2001.146.00008	Questões Processuais	6, 9, 27, 17, 21, 26, 28, 29, 30, 33, 20, 23	Sylvio Capanema	46 a 57
2001.146.00005	Locação	13, 14, 16, 18	Paulo Ventura	61 a 63 (18 rejeitado)
2001.146.00002	Código de Defesa do Consumidor	10, 15	Carpena Amorim	ARQUIVADOS
2001.146.00004	Direito Público	24, 31, 11	Marianna Gonçalves	64 a 65
2001.146.00003	Dano Moral	22, 25	Gustavo Leite	44 e 45
2001.146.00001	Seguro Automotivo	19	Raul Quental	ARQUIVADO
2002.203.00001	Matéria Criminal	1 a 8	J.C. Murta Ribeiro	69 a 74 (3 e 6 Rejeitados)

AVISO N.º 44

(Justificativas dos Enunciados publicados em 03/09/2001)

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Marcus Faver, o Diretor Geral e os Diretores Adjuntos do Centro de Debates e Estudos - CEDES, respectivamente, Desembargadores Eduardo Sócrates Castanheira Sarmiento, José Lisboa da Gama Malcher, Sylvio Capanema de Souza e Walter Felipe D'Agostino, A V I S A M aos senhores Magistrados, Membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, advogados e demais interessados, que as justificativas dos enunciados obtidos por ocasião do **I Encontro de Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, realizado em Angra dos Reis nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2001, foram as seguintes:

ENUNCIADOS CÍVEIS

- 1) É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 5º, inc. LXXIV, da CF/88), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade. (Súmula 39)
- 2) Não é obrigatória a atuação da Defensoria Pública, para os beneficiários da gratuidade de justiça, facultada a escolha de advogado particular para representá-lo em Juízo, sem a obrigação de firmar declaração de que não cobra honorários. (Súmula 40)
- 3) Quando vencido, o beneficiário da justiça gratuita deve ser condenado nos encargos sucumbenciais, conforme dispõe a Lei nº 1.060/50. (Súmula 41)
- 4) O benefício da gratuidade de justiça, concedido no curso do processo, em ambos os graus de jurisdição, alcança os atos subseqüentes, se comprovadas as condições supervenientes e sem depender de impugnação. (Súmula 42)
- 5) Cabe a revogação, de ofício e a qualquer tempo, do benefício da gratuidade de justiça, desde que fundamentada. (Súmula 43)
- 6) Não se suspende, com o pedido de reconsideração, o prazo para interpor recurso de agravo. Súmula 46)
- 7) Somente se reforma a concessão ou indeferimento de liminar, se teratológico, contrário à lei ou à prova dos autos. (Súmula 58)
- 8) Somente se reforma a decisão concessiva ou não da antecipação de tutela, se teratológica, contrária à lei ou à prova dos autos. (Súmula 59)
- 9) Esgotadas todas as diligências cabíveis, é direito do credor requerer a expedição de ofícios a órgãos públicos e particulares, sem ofensa ao sigilo bancário e fiscal, para localizar o devedor e/ou bens penhoráveis, evitando cerceamento na instrução.

(Súmula 47)

- 10) Constitui direito básico do consumidor a inversão do ônus da prova, respeitado os pressupostos previstos no art. 6º inciso VIII do CDC, sem implicar na reversão do custeio, em especial quanto aos honorários do perito. (Arquivado)
- 11) Admissível a antecipação da tutela de mérito, mesmo contra a Fazenda Pública, desde que presentes os seus pressupostos. (Súmula 60)
- 12) Quando em atraso o pagamento das cotas condominiais, impõe-se a multa moratória estabelecida na Convenção do Condomínio (registrada ou não), ou a aprovada em Assembléia Geral, não ultrapassado o limite legal de 20% sobre o débito, na forma da Lei nº 4.591/64, e sem aplicar a redução para 2% prevista na Lei nº. 8078/90 (CPDC), por não se tratar de relação de consumo. (Não encaminhado em face de dispositivo do novo Código Civil)
- 13) É válida, e não abusiva, a cláusula inserida em contrato de locação de imóvel urbano, que comina multa até o limite máximo de 10% sobre o débito locativo, não se aplicando a redução para 2%, prevista na Lei nº. 8078/90 (CPDC). (Súmula 61)
- 14) Cabível, em face do locatário e do fiador, a cumulação do pedido de despejo por falta de pagamento com a cobrança dos aluguéis e encargos, na forma especial prevista na lei de locações, atendendo ao princípio da economia processual. (Súmula 62)
- 15) Em contrato de arrendamento mercantil, quando presente a onerosidade excessiva, derivada de fato superveniente, cabe a revisão da cláusula contratual vinculante à moeda estrangeira, para que se fixe outro indexador, adaptado à inflação e ao princípio da boa-fé objetiva. (Arquivado)
- 16) Cabe a incidência de penhora sobre imóvel único do fiador de contrato de locação, Lei nº 8009/90 (art. 3º, VII) e Lei nº. 8245/91(art. 82). (Súmula63)
- 17) Não constituem títulos executivos extrajudiciais os contratos bancários de abertura de crédito ou de crédito rotativo, que servem apenas para embasar ação monitória. (Súmula 233 do STJ). (Súmula 49, com nova redação)
- 18) Quando assumida a fiança até a entrega das chaves, não pode desobrigar-se o fiador, mesmo quando já por tempo indeterminado o contrato. (Rejeitado)
- 19) A origem ilícita do veículo não exonera a seguradora do pagamento da indenização no caso de furto, roubo ou perda total, salvo comprovada má fé do segurado. (Rejeitado)
- 20) Em ação de acidente de trabalho, na qual alega o autor redução auditiva, o perito deve ser médico especialista, salvo se inexistir na Comarca, não se admitindo a nomeação de médico homeopata. (Súmula 56, com nova redação)
- 21) Em ação de indenização ajuizada em face de pessoa jurídica de Direito Público, não se admite a denunciação da lide ao seu agente ou a terceiro (art. 37, § 6º, CF/88). (Súmula 50)
- 22) Não se aplica o prazo decadencial previsto na Lei de Imprensa, quando se tratar de dano moral e a pretensão indenizatória estiver fundada na Constituição Federal. (Súmula 44)
- 23) Não se admite a indenização tarifada, prevista na Lei de Imprensa, dispensando-se o depósito do valor da condenação como requisito para interpor a apelação. (Súmula 57)
- 24) É legítima a exigência do depósito, como requisito para a interposição de recurso administrativo. (Súmula 64)
- 25) É devida indenização por dano moral sofrido pelo passageiro, em decorrência do extravio de bagagem, nos casos de transporte aéreo (CF/88). (Súmula 45)
- 26) Não constitui garantia hábil para interposição de embargos de devedor o oferecimento de títulos da dívida pública antigos e de difícil liquidez. (Súmula 51)
- 27) Os embargos de declaração, quando intempestivos, não interrompem o prazo para a interposição de recursos. (Súmula 48)
- 28) Inexiste omissão a sanar através de embargos declaratórios, quando o acórdão não enfrentou todas as questões argüidas pelas partes, desde que uma delas tenha sido suficiente para o julgamento do recurso. (Súmula 52)
- 29) O art. 557, do Código de Processo Civil abrange, não só julgamento dos recursos arrolados no art. 496, como a remessa necessária prevista no art. 475, do mesmo diploma legal. (Súmula 253 do S.T.F.). (Súmula 53, com nova redação)
- 30) Submete-se às regras processuais em geral a sociedade de economia mista, por ser pessoa de direito privado e não possuir Juízo privativo. (Súmula 54)

31) Deriva-se dos mandamentos dos artigos 6º e 196 da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 8080/90, a responsabilidade solidária da União, Estados e Municípios, garantindo o fundamental direito à saúde e conseqüente antecipação da respectiva tutela. (Súmula 65)

32) Prescreve em 20 (vinte) anos a pretensão de cobrança das despesas condominiais, irrelevante a inexistência de convenção ou de seu registro. (Não encaminhado em face de dispositivo do novo Código Civil)

33) Na ação de busca e apreensão, fundada em alienação fiduciária, basta a carta dirigida ao devedor com aviso de recebimento entregue no endereço constante do contrato, para comprovar a mora, e justificar a concessão de liminar. (Súmula 55)

ENUNCIADOS CRIMINAIS

1) Aplica-se ao Processo Penal, por analogia, o art. 557 do Código de Processo Civil. (Súmula 69)

2) O fato de restringir-se a prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação. (Súmula 70)

3) A requisição é forma de citação, portanto o comparecimento do réu a Juízo para interrogatório supre a necessidade do respectivo mandado. (Rejeitado)

4) O Juiz não está obrigado a deferir diligências desnecessárias ou impertinentes. (Súmula 71)

5) O art. 1º § 7º da Lei de Tortura não revogou o art. 2º § 1º da Lei de Crimes Hediondos. (Súmula 72)

6) O descumprimento de ordem judicial por agente público caracteriza crime de prevaricação. (Rejeitado)

7) O desaforamento pode ser deferido para Comarca de maior população, ainda que não seja a mais próxima. (Súmula 73)

8) A condenação nas custas, mesmo para o réu considerado juridicamente pobre, deriva da sucumbência, e competente para sua cobrança é o Juízo da execução. (Súmula 74)